



## **A PRÁTICA PARTICIPATIVA NA POLÍTICA EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE DIADEMA**

Setembro/2013

Eixo Temático: Pensamento de Paulo Freire  
PUC-SP – ex-aluna de mestrado do Programa Educação: Currículo  
PAULINO, Simone Fabrini <sup>1</sup>  
[sifabrini@gmail.com](mailto:sifabrini@gmail.com)  
Comunicação Oral. Texto Completo.

### **RESUMO**

Essa pesquisa faz parte de uma pesquisa maior, realizada pela Cátedra Paulo Freire, da PUC-SP, intitulada: “A presença de Paulo Freire na Educação Brasileira: análise de sistemas públicos de ensino, a partir da década de 90”. Com o objetivo de estudar os meios e modos de participação, observando os limites e possibilidades de uma política educacional democrática em Diadema-SP, acompanhou-se uma escola municipal na qual a participação já se concretizava como processo em construção. A análise foi feita com base na experiência de Paulo Freire como Secretário da Educação do Município de São Paulo e nas categorias freireanas: práxis, conscientização e ser mais. Utilizando a metodologia de Estudo de Caso etnográfico, desenvolveu-se no campo: observações, análise documental e entrevistas que, somadas ao referencial teórico e à reflexão sobre os dados, resultaram na identificação de conflitos e contradições, que precisam ser pontos de diálogos e problematizações a favor da construção da democracia participativa, como num movimento dialético de aprendizagem permanente.

**Palavras-chave:** Pedagogia freireana. Política educacional. Democracia participativa – Diadema, SP.

---

<sup>1</sup> Pedagoga. Mestra em Educação: Currículo pela PUCSP. Especialista em Didática do Ensino Especial. Coordenadora pedagógica em processos de Concursos, Seleção e Avaliação Pública do Grupo Makiyama e Professora de Educação Básica da Prefeitura de São Bernardo do Campo (SP).



## 1. INTRODUÇÃO

As reflexões aqui apresentadas integram o texto original da dissertação de mestrado de mesmo título e autoria.

A cidade de Diadema-SP foi selecionada como campo de pesquisa por assumir, em documentos que registram sua proposta política educacional, a opção pelos referenciais freireanos. Dessa forma atende aos interesses da pesquisa mais ampla que se desenvolve na Cátedra Paulo Freire<sup>2</sup>, a saber: investigar a influência do pensamento freireano em sistemas públicos de educação, no Brasil, a partir da década de 90.

Considerando a natureza e a complexidade do fenômeno que nos propusemos a investigar: a participação na gestão pública de educação no município de Diadema-SP, com especial atenção na Escola Municipal de Educação Infantil Vila São Vicente, pareceu-nos que a opção pela abordagem qualitativa de pesquisa seria a mais adequada.

Em nossa abordagem, optamos por fazer um estudo de caso de tipo etnográfico, pois suas características coincidem com nossas intenções de buscar a compreensão dos meios e modos de participar para a construção de uma escola pública popular e democrática. A análise é feita com base na experiência de Paulo Freire como Secretário da Educação do Município de São Paulo e nas categorias freireanas: práxis, conscientização e ser mais.

Desenvolveu-se no campo: observações, análise documental e entrevistas que, somadas ao referencial teórico e à reflexão sobre os dados, pretendem responder a nossa pergunta investigativa sobre como se concretizada a prática de participação na política de gestão educacional no município de Diadema.

Ao longo do ano letivo de 2007, participamos de vinte e nove encontros com a Escola, sendo divididos entre as seguintes atividades: doze encontros acompanhando as reuniões aglutinadas<sup>3</sup> e realizando as entrevistas semi-estruturadas; quatro encontros nas

---

<sup>2</sup> A Cátedra Paulo Freire – PUC-SP, sob a coordenação da Professora Doutora Ana Maria Saul, desenvolve estudos sobre temáticas como: "Paulo Freire: 30 anos da Pedagogia do Oprimido", "Paulo Freire: as matrizes pedagógicas contemporâneas, história e processo", "Paulo Freire e a formação do educador: teoria e prática", "Paulo Freire e os movimentos sociais", "A influência do pensamento de Paulo Freire nos sistemas públicos de ensino do Brasil", "O pensamento de Paulo Freire no cenário da educação pública brasileira: política, teoria e prática".

<sup>3</sup> Aglutinadas: "espaço para as professoras trocarem experiências e organizarem seu trabalho, priorizando o levantamento de problemas que a escola esteja vivenciando e possíveis soluções, além de reflexões



reuniões do Conselho Escolar; duas com foco de observação na pauta da reunião e no modo como era desenvolvida e duas para realização de duas entrevistas com o Conselho de Escola; três encontros para observação da reunião entre a equipe de psicólogas da Unidade Básica de Saúde, os pais de alunos e as professoras; dois encontros junto às atividades do programa Ação Compartilhada<sup>4</sup>; um encontro para acompanhamento de reunião de pais e mestres; um encontro para acompanhamento de Reunião Pedagógica; um encontro de observação da entrega de material escolar feito por representantes da Secretaria Municipal de Educação com a participação da comunidade; dois acompanhamentos de festas: a festa junina e a Ação Cidadã<sup>5</sup>; e três encontros com a direção da Escola, para esclarecimento de dúvidas e entrevista, embora esses tenham sido dois encontros com objetivos específicos. Nossa presença na escola teve sempre o acompanhamento da direção, não como fiscalização da pesquisa, mas como reconhecimento do processo de pesquisa que estava sendo construído na escola.

Quanto aos encontros em atividades desenvolvidas no Município, totalizaram onze espaços de coleta de dados e observação: quatro encontros com representantes da Secretaria Municipal de Educação; dois para visita ao Centro de memória para coleta de dados sobre a história da cidade; três encontros no Primeiro Congresso de Educação Popular; dois encontros em atividades de formação: um do programa Ação Compartilhada para os conselheiros e comunidade e o outro para a formação dos professores no Seminário Estendido<sup>6</sup>.

O acompanhamento de tantas atividades aconteceu diante da avaliação da necessidade de acompanhar o quanto possível toda a movimentação acerca da

---

sobre suas práticas. O diretor terá um caráter de interventor, mediador, instigador, desenvolvendo ações que possibilitem sugestões, opiniões e propicie a participação de todos os envolvidos. Com base em trocas de experiências, novas vivências e principalmente estudos e pesquisas” (PLANO ESCOLAR, 2007, p. 25).

<sup>4</sup> O programa Ação Compartilhada teve início em 2002 e seu principal objetivo é multiplicar conhecimento, seja ele popular ou acadêmico: o importante é integrar e compartilhar o conhecimento com todos. O programa é instrumento para provocar o diálogo e a união das pessoas da comunidade, das regiões e da cidade de Diadema.

<sup>5</sup> A festividade denominada de Ação Cidadã consiste em abrir a escola em um sábado, com atividades diversificadas de atendimento à comunidade. As atividades podem consistir em corte de cabelo; aulas de pintura, costura, culinária, ou qualquer outro saber popular; disponibilidade de serviços sociais como: solicitação de documentos, dentre outras atividades.

<sup>6</sup> A proposta do Seminário Estendido tem íntima relação com o processo participativo de construção da proposta curricular. Desenvolveu-se como um espaço de formação para a equipe de gestão da escola, para os professores, para os educadores e para os agentes administrativos, propondo temáticas problematizadoras.



participação e o modo como todas as atividades se integravam para todos os participantes, tendo como resultado a construção participativa da Escola.

A observação, de acordo com Vianna (2007, p. 52-57), requer um pesquisador participante, que trabalha com vários meios de coleta de dados (observação, entrevistas, documentos), com vários tipos de participantes (Secretaria de Educação, orientadores educacionais, especialistas, professores, coordenadores, diretores, familiares, alunos, comunidade) e várias situações (reuniões com diferentes participantes e objetivos, festas, comemorações, rotina escolar). Tudo isso para aproximar-se, interpretar e compreender o modo de ser do grupo pesquisado, procurando identificar, além das categorias de análise, quem integra o grupo, o que acontece no grupo, onde se localiza o grupo, quando o grupo se encontra e interage, como os elementos do grupo se inter-relacionam e qual o significado atribuído pelos participantes às atividades desenvolvidas por todos.

Assim, a observação na Escola desenvolveu-se como um processo pouco a pouco conquistado e referendado pelo grupo escolar, crescendo em proximidade e confiança na medida em que fomos nos identificando e trabalhando juntos em prol do desenvolvimento da pesquisa.

Deste modo, os objetivos que integram este estudo são: conhecer os meios e modos de participação da comunidade em uma escola pública municipal, em diferentes espaços e tempos em que se concretiza a política educacional de Diadema e analisar a influência dos referenciais freireanos nas propostas e nos princípios de participação no sistema educacional do Município de Diadema.

## **1.1 O PROJETO DEMOCRÁTICO COMO POSSIBILIDADE: A EXPERIÊNCIA DE PAULO FREIRE COMO SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

O professor Paulo Freire, ao assumir a Secretaria de Educação do Município de São Paulo, valorizou a participação popular como processo de aprendizagem crítica indispensável para a construção de uma nova cultura política, oposta a uma política



autoritária e excludente. Fundamentou sua gestão na política de democracia participativa, a qual exige não só intenção, mas também reorganização dos espaços públicos burocratizados, necessitando da escuta qualificada da voz do povo, com respeito e valor, inclusive deliberativo.

## **1.2 A PRÁXIS COERENTE COM A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA POPULAR E DEMOCRÁTICA**

Ao assumir a Secretaria de Educação do Município de São Paulo, Paulo Freire escreveu o documento “Aos que fazem Educação conosco em São Paulo: Regimento Comum das Escolas Municipais” (SÃO PAULO, 1989b), no qual compartilhou sua vontade e seu compromisso político de, junto a todos, construir uma escola democrática.

Deste documento destacam-se princípios fundamentais de participação e descentralização. A democratização do acesso envolveu, dentre outros aspectos, a abertura de espaços e informações à população, de modo que, planejando coletivamente, os gestores da cidade, das escolas e o povo puderam pensar como o administrativo atenderia às necessidades pedagógicas.

Entendendo a dimensão educacional e cultural como eixo norteador da busca por essa democracia, compreendemos que a abertura de espaços e a valorização das relações para a participação do povo não vêm meramente a serviço da melhoria administrativa ou conteudista do trabalho pedagógico, mas sim a serviço da valorização de uma nova cultura política participativa, que considera e respeita os interesses e as necessidades do povo que vive e convive nos espaços públicos, construindo suas crenças, seus valores e sua cultura.

Lutar por uma escola e por uma sociedade democráticas não promete a eliminação de conflitos e contradições, mas pode criar sim a abertura para dialogá-los, interpretá-los e recriá-los conjuntamente.

Tendo por referência o documento ‘Construindo a educação pública popular’ (SÃO PAULO, 1989a, p. 3-10) compreendemos que Paulo Freire, como Secretário de Educação do Município de São Paulo, fomentou a reorganização do espaço público, tendo como princípio a compreensão de que somente se constrói democracia



valorizando o povo, sua interpretação do mundo, seus “saberes de experiência feitos”, suas crenças e seus valores, não o discriminando e o excluindo, mas, sim, dialogando com ele num processo coletivo.

Freire contou com a participação dos equipamentos sociais da sociedade civil, dos professores do ensino público municipal, das famílias, da comunidade e com os demais educadores<sup>7</sup>, chamando-os à sua responsabilidade social de participar e decidir os destinos da escola de seus filhos e da sua comunidade local, através dos Conselhos de Escola, agremiações, associações, sindicatos e demais modalidades de organização popular.

Assim, por meio da análise documental, entendemos que a Secretaria de Educação do Município de São Paulo, durante a gestão de Paulo Freire, fundamentou sua estrutura de base, seu alicerce, no nível local, buscando proximidade com a realidade para compreendê-la e construí-la juntamente com os sujeitos que ali conviviam. Portanto, a transformação da realidade não foi uma mera proposta política implementada por alguém ou algum grupo que a pensou isoladamente em gabinetes, distante da realidade e dos sujeitos, mas sim uma construção coletiva que teve o poder, inclusive, de transformar os sujeitos que dela participavam, pois o ato de participar e decidir coletivamente constituiu-se também como formação permanente, crítica e reflexiva de cada sujeito e de sua coletividade.

### **1.3 AS CATEGORIAS FREIREANAS QUE FORTALECEM O PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO COLETIVA ORGANIZADA: PRÁXIS, CONSCIENTIZAÇÃO E SER MAIS**

De acordo com Freire (2006b), podemos definir práxis como um processo dialético de ação-reflexão-ação que se faz na realidade problematizada. No momento em que cada um de nós atua em nossas realidades histórico-sociais, esta não é uma ação irracional; agimos a partir de uma crença, de uma concepção, de uma opinião sobre a realidade atual e sobre a realidade que queremos construir.

---

<sup>7</sup> Freire (São Paulo, 1989a, p.5) considera: “todos os que estamos nas escolas somos educadores, inclusive os funcionários, as merendeiras, os escriturários, os inspetores, porteiros, etc”.



A práxis, entendida como um processo de ação-reflexão-ação dialético e indissolúvel, não pode, numa concepção de educação a favor da liberdade dos sujeitos, ser compreendida ou realizada como um processo fragmentado e de etapas lineares onde, ao final, alcançamos objetivos a priori definidos por outros. A práxis é processo de ação-reflexão-ação permanente, que se configura também como processo permanente de aprendizagem para quem a vivencia criticamente: aprendemos a participar, a decidir, a votar, a escolher, a errar e a acertar somente quando lutamos pela liberdade de pensar criticamente a nossa prática e atuar sobre ela, buscando a construção de uma nova realidade objetivada.

Compreendendo o ato de pensar a prática como primeiro princípio para a liberdade dos homens, não podemos esquecer que,

simplesmente, não posso pensar *pelos* outros nem *para* os outros, nem *sem* os outros. A investigação do pensar do povo não pode ser feita sem o povo, mas com ele, como sujeito de seu pensar. E se seu pensar é mágico ou ingênuo, será pensado o seu pensar, na ação, que ele mesmo se superará. E a superação não se faz no ato de consumir idéias, mas no de produzi-las e de transformá-las na ação e na comunicação. (FREIRE, 2006, p. 117).

Ao desmistificar a realidade, compreender a história como possibilidade e perceber-se como sujeito que se constrói ao construir a realidade histórico-social, podendo inclusive organizar-se coletivamente com seus pares, o homem desenvolve sua práxis para um nível mais elevado de consciência, longe da consciência mistificada e conformada que ajuda o opressor a manter o mundo como espaço de injustiças e segregação.

Ponto fundamental para a conscientização nossa e de nossos pares é tomarmos consciência de que, embora o processo dialógico de problematizar a realidade seja um processo de formação, todos os que nele estão envolvidos estão ensinando e aprendendo. Provocar a conscientização a partir da problematização da realidade é compromisso existencial de todos os sujeitos que lutam a favor da humanização.

A conscientização não pode ser entendida e praticada de modo a um conscientizar o outro, ou de modo a compreender que um detém toda a verdade sobre a realidade e irá abrir os olhos dos demais. Freire mais uma vez nos alerta que nossa



práxis educativa não pode estar vinculada à idéia de “educação bancária”, que trata o humano como recipiente que recebe os depósitos de conhecimento acumulado pela humanidade.

Envolver-se como sujeito no compromisso com a conscientização exige comprometimento e responsabilidade ética do educador que se propõe pensar junto às massas na busca da consciência crítica.

Finalmente, a práxis configura-se como a dimensão onde o sujeito (seja ele membro de uma comunidade, professor, diretor, gestor, político, aluno ou trabalhador) se reconhece como “programado para aprender”, construtor da realidade, da história e da cultura, como ser coletivo e como ser que, compreendendo a realidade dada como injusta, escolhe lutar pela transformação desta realidade a favor da justiça e da liberdade.

A conscientização é processo permanente que se constrói na práxis, por meio do conhecimento e da transformação da realidade em sua dialeticidade. (FREIRE, 2006h, p. 172).

A busca pelo ser mais também exige compreender a “história como possibilidade” e o humano como “programado para aprender”, por meio dos processos de interpretação de experiências e diálogo que abrem infinitas possibilidades de “superação” de uma lógica social que trate o humano como objeto a serviço de ideais autoritários.

Há que possibilitar que educandos, pais, comunidade e equipe escolar sejam sujeitos, atores que pensam, compreendem e decidem intencionalmente a favor de suas realidades, suas necessidades, do seu ser mais.

Lutar por ser reconhecido como sujeito não é uma luta fácil, muitas vezes somos atingidos não só por punições reacionárias, mas também pelo desconforto de sermos rotulados como rebeldes, questionadores, encrenqueiros. Tais punições e rótulos estão previstos no sistema de domesticação para quem teima em questionar situações desumanizantes nas escolas, nas salas de aula, nos hospitais, nos demais serviços públicos ou mesmo nos serviços privados que, por serem privados, acreditam estar acima da Constituição e da Humanização, esperam ser senhores de suas próprias leis.

Sabemos que esta não é uma luta fácil, mas sabemos também o valor de nossa luta. Lutar pelo humano, por um futuro mais justo e perceber na história os avanços



desta luta progressista coletiva, que vai fortalecendo-se a cada nova geração e, de fato, construindo um modo de ser sujeito num mundo mais justo; esta luta fortalece nossa práxis e nossa esperança no ser mais, confirmando nossa posição política de viver neste mundo, comprometidos com nossa responsabilidade existencial de participar dessa transformação a favor da humanização.

## **2. DESENVOLVIMENTO: A PARTICIPAÇÃO OBSERVADA NA ESCOLA MUNICIPAL SÃO VICENTE**

Partindo da coleta de dados no campo e sob o olhar do referencial teórico, analisaremos os meios e modos de participar encontrados no campo, organizados em dois âmbitos: 2.1- espaços de participação na Escola no âmbito da SECEL e 2.2- espaços de participação no âmbito da Escola Municipal São Vicente. Esta organização se justifica diante dos espaços de participação que encontramos no campo, alguns estruturados e vivenciados na Escola e outros estruturados pela SECEL e vivenciados pela Escola.

A participação observada nesses dois âmbitos está didaticamente organizada em: espaços de gestão, espaços pedagógicos e espaços de formação; os quais estão em intercomunicação constante e dialética; a estrutura do texto é apenas uma metodologia de que objetiva dispor a mesma atenção de observação e análise a cada um deles.

### **2.1 ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA NO ÂMBITO DA SECEL**

#### **2.1.1 Participação em espaços de gestão**

Os sucessivos governos progressistas na cidade de Diadema que possibilitaram a continuidade da concepção participativa parecem ter vencido o que Freire (SÃO PAULO, 1989a, p.8) diagnosticou como os maiores desafios para a administração popular: o imediatismo e a desinformação. Estudando a história da construção participativa da cidade de Diadema, percebemos seu caráter educativo e processual. A transformação de cidade dormitório em cidade urbanizada, com posição de referência no desenvolvimento de políticas públicas, não se deu sem a participação do povo construindo essa história e a cultura de participação.

A abertura de espaços de participação, a partir das Plenárias de Orçamento Participativo, dos Conselhos Municipais e da Câmara Municipal, foram os principais meios encontrados durante nossa coleta de dados na cidade.

De acordo com o PLANO ESCOLAR (2007), no ano de 2002, a escola teve papel fundamental nesse processo de organização coletiva da comunidade para participação no Orçamento Participativo - OP; por meio do trabalho dos conselheiros e da comunidade, a Escola conseguiu ampliar e divulgar a necessidade da presença do povo na plenária do OP e mobilizar um número suficiente de munícipes, que compareceram, votaram e foram atendidos no que se apresentava como maior necessidade local: a ampliação da Escola para o atendimento em creche.

Participar do OP exige ação-reflexão-ação, “a *práxis humana*, a unidade indissolúvel entre minha ação e minha reflexão sobre o mundo” (Freire, 2006b, p. 29-30), exige desvelamento para a tomada de consciência e exige acreditar no homem como sujeito de transformação do mundo histórico-social<sup>8</sup>. A participação que queremos se dá fundamentada na *práxis*, na conscientização e na compreensão do homem como um vocacionado para o ser mais.

Quanto à participação nos Conselhos Municipais, a diretora nos informou que existe a participação de alguns membros do Conselho da Escola Municipal São Vicente em Conselhos Municipais, como é o caso de uma mãe que participa do Conselho Municipal de Educação Especial e traz informações para a Escola sobre as problemáticas discutidas com referência na Educação Especial.

Quanto à participação da Escola no espaço da Câmara Municipal de Diadema, a Lei Orgânica do Município sobre a participação popular nas sessões da Câmara Municipal afirma:

Durante a realização das sessões ordinárias, será garantida a participação popular, através da Tribuna Livre, na forma que dispuser o Regimento Interno. Os projetos de lei apresentados através da iniciativa popular serão inscritos prioritariamente na ordem do dia da Câmara. (DIADEMA, 2005).

Espços de participação utilizados por alguns membros do Conselho da Escola São Vicente: a escola teve uma movimentação para apresentação de um projeto de lei na

---

<sup>8</sup> “(...) sem a luta pelo reconhecimento, que acomete todo o ser do homem, a *práxis* se degrada ao nível da técnica e da manipulação”. (KOSÍK, 2002, p. 224-225).



Câmara Municipal para a alteração do nome da escola, porém esta não foi uma ação que partiu da escola, mas por solicitação da SECEL, diante de uma lei municipal que impede que as escolas tenham o mesmo nome do bairro. Embora tenha surgido por solicitação superior, a procura por um novo nome para a Escola Municipal São Vicente não se deu sem o planejamento das professoras em reuniões Aglutinadas, nem sem a participação do Conselho Escolar, da comunidade e dos alunos.

Participamos da reunião de Conselho na qual a proposta foi esclarecida pela diretora aos demais membros; percebemos um movimento de diálogo, sem o predomínio de um único membro falante: todos se colocavam e levantavam dúvidas sobre como poderiam encaminhar tal decisão. As professoras já estavam estudando com as crianças o que é um patrono de escola e também esclareceram o porquê da alteração de nome da Escola. O Conselho opinou sobre como chegar até um nome. Na reunião dialogam sobre o que é um patrono e decidem pedir sugestões de nomes à comunidade, que, ao buscar os filhos, foi esclarecida sobre o tema e chamada a sugerir um nome. Escolhidos os principais nomes - Anita Garibaldi, Clarice Lispector, Heitor Villa Lobos e Jorge Amado -, a Escola organizou uma eleição nos moldes de uma eleição municipal. Todos foram chamados a votar, sendo inclusive esclarecida a importância de tal ação.

Esta breve descrição do modo como se desenvolveu a práxis educativa em torno de uma solicitação, à priori hierárquica, demonstra o modo como a participação desenvolveu-se na Escola São Vicente, como um processo de construção da cultura participativa. Constatamos na práxis desta atividade um exercício de cidadania participativa, no qual nenhum sujeito que convive na escola esteve fora do processo de decisão sobre que nome dar a este espaço, conscientes de suas escolhas, pois, diante do modo envolvente como foi desenvolvido o trabalho pedagógico das crianças e da gestão escolar, foi impossível não participar com alguma consciência sobre o momento que se vivenciava.

### **2.1.2 Participação em espaços pedagógicos**

Consideramos como espaços pedagógicos: o espaço das salas de aula, das reuniões pedagógicas, das reuniões de Conselho Escolar, das reuniões entre Escola e SECEL e das reuniões entre a SECEL e a comunidade.



Destacamos, de nosso acompanhamento ao campo, o Primeiro Congresso de Educação Popular como espaço pedagógico proposto pelo governo e pela SECEL. Embora este seja também um espaço de formação, diante de sua estrutura com mesas debatedoras e a presença de acadêmicos, o processo que antecedeu o Primeiro Congresso de Educação Popular pode ser compreendido como um espaço pedagógico, de atuação didática, propondo uma estrutura inicial regional para a reflexão sobre a realidade, para o levantamento de necessidades, para a conscientização sobre a problemática na qual estão inseridos e querem transformar. Posteriormente, a integração destas reuniões regionais possibilitou uma visão sobre a cidade, ao se juntarem em uma única carta as reflexões sobre a Educação no Município de Diadema, de modo mais central.

Apesar desse processo, registramos nas entrevistas, certa insatisfação da comunidade escolar participante do Conselho da Escola com a falta de proximidade da SECEL com a atuação do colegiado.

Embora exista a queixa de não proximidade da SECEL com o Conselho Escolar, existe também o reconhecimento que essa construção de proximidade entre escola e comunidade nasceu de formações realizadas pela própria SECEL. Durante as entrevistas identificamos relatos de participação em formações voltadas para a importância de olhar para a realidade da escola, para a cultura local, reconhecendo os saberes populares e valorizando-os no processo de ensino-aprendizagem.

Percebemos que a Escola reconhece as propostas de participação organizadas pela SECEL por meio das plenárias do OP, da formação pelo programa Ação Compartilhada, pelos eventos de entrega de uniforme e material e pela abertura no recebimento de reivindicações por meio de abaixo assinados e elaboração de propostas e projetos. Se nos apoiarmos no modo como Freire fundamentou a participação a partir dos Conselhos, falta criar uma instância intermediária da SECEL, partindo da proximidade com a localidade dos Conselhos para encontros regionais mais constantes entre os Conselhos, como propôs a própria SECEL, durante a construção do Primeiro Congresso de Educação Popular, ao desenvolver plenárias regionais prévias às discussões que aconteceram nas mesas debatedoras propostas no Congresso.

### **2.1.3 Participação em espaços de formação**



Durante nossa presença no campo, identificamos três espaços de formação propostos pela SECEL: o Seminário Estendido, as Trocas Metodológicas e o Programa Ação Compartilhada.

A proposta do Seminário estendido tem íntima relação com o processo participativo de construção da proposta curricular. Este espaço de formação desenvolveu-se para a equipe de gestão da escola, para os professores, para os educadores e para os agentes administrativos.

No acompanhamento dessa proposta, identificamos a chamada para a necessidade de pensarmos sobre nossa prática educativa e, pensando-a, identificarmos nossa compreensão sobre o que é educar e aprender e para que servem os conhecimentos construídos. Deste modo, por meio da formação e da reflexão críticas, os professores(as) e educadores(as) são convidados a transformar sua prática em práxis, comprometida com a consciência sobre nossa posição política frente ao mundo.

As Trocas Metodológicas também se desenvolveram como espaço de formação apoiado na socialização de boas práticas educativas que acontecem nas escolas municipais. Cada escola leva para as Trocas Metodológicas o que tem de melhor em sua prática para socializar com as demais escolas. Foi deste modo que a Escola Municipal São Vicente levou o Conselho Escolar para falar sobre a importância desta instância de decisão para alcançar a prioridade da gestão democrática.

Quanto ao Programa Ação Compartilhada, a proposta afirmada pelo Programa é a valorização da vida comunitária. Para tanto, uniram-se a Prefeitura do Município de Diadema, entidades da sociedade civil e a população.

Valorizando a educação popular e a participação da sociedade civil, o programa se estrutura por meio da educação popular.

Acompanhando o desenvolvimento dessas propostas, podemos interpretar as práticas educativas propostas pela SECEL e pelo governo municipal, considerando ainda seus limites, como uma atuação alicerçada no movimento dialético de ação-reflexão-ação, que persegue o desenvolvimento da tomada de consciência sobre a realidade e a conscientização, procurando fortalecer o homem na construção de seu auto-conhecimento ao mesmo tempo em que constrói sua compreensão de mundo e seu desejo de transformá-lo num mundo melhor, mais justo e igualitário, onde os homens podem desenvolver-se permanentemente para o ser mais.



## 2.2 ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO NO ÂMBITO DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO VICENTE

### 2.2.1 Participação em espaços de gestão

Encontramos no campo três meios de participar na gestão da Escola: por meio da secretaria da escola, em atendimento direto com a diretora e a coordenadora; por meio do Conselho de Escola; e por meio da primeira reunião com a comunidade, que acontece em todo início de ano letivo para a elaboração do Plano Anual da gestão escolar.

Considerando a participação por meio da secretaria da escola, identificamos como princípio fundamental para o desenvolvimento de participação a construção de uma relação de valorização e proximidade entre equipe escolar, familiares e comunidade.

As observações do ambiente escolar e das relações, assim como o estudo documental do Plano Escolar, foram os primeiros indicadores do modo como se desenvolvia a participação na Escola. Identificamos nas ações observadas grande coerência com o que estava descrito no Plano Escolar, fazendo deste não um documento burocrático, mas que de fato descreve e registra historicamente o modo como a Escola vem se construindo na coletividade, afirmando seus princípios norteadores de sua práxis e considerando cada um como sujeito construtor da Escola, pública popular e democrática diante das intenções que se apresentam até o momento.

Fortalecem ainda a construção de relações entre a escola e a comunidade, afirmada como prioridade no Plano Escolar: a descrição da Escola como “espaço público de direito que deve promover condições de igualdade, garantir estrutura material e o desenvolvimento do trabalho coletivo” (PLANO ESCOLAR, 2007, p. 41), e o desenvolvimento de projetos como: Vivendo valores na Escola, Escola Solidária e Aprender a Viver e Conviver Melhor.

Somente uma prática coerente com os princípios anunciados pode ser reconhecida como práxis, que ao desenvolver-se alicerçada em seu princípio de valorização do humano constrói uma nova realidade, na qual os homens são compreendidos e tratados como sujeitos e não como objetos. Freire afirma que a fé nos

homens é pré-requisito para construirmos o verdadeiro diálogo e uma vez desenvolvido o verdadeiro diálogo, a confiança nasce entre os humanos que se reconhecem como pares.

Foi diante de uma práxis coerente que essa escola construiu uma relação com os familiares e comunidade, alicerçada no diálogo, no respeito, na confiança, no amor e na humildade de reconhecerem-se como sujeitos que, organizados, constroem uma escola pública de boa qualidade para as crianças e os adultos que ali convivem.

No fundo, o essencial nas relações entre educador e educando, entre autoridade e liberdades, entre pais, mães, filhos e filhas é a reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia. Me movo como educador porque, primeiro, me movo como gente. (FREIRE, 2006c, p. 94).

O desenvolvimento e o fortalecimento de uma relação respeitosa e de confiança foram de fundamental importância para a construção do Conselho de Escola na Escola Municipal São Vicente.

Afirmando a necessidade de compartilhar as decisões com a comunidade é que o Conselho de Escola estrutura-se em sua norma como espaço de decisão deliberativa, compreendendo seu funcionamento como,

(...) um centro permanente de debate, de articulação entre os vários setores da escola tendo em vista o atendimento das necessidades comuns, e a solução dos conflitos que possam interferir no funcionamento da escola e dos problemas administrativos e pedagógicos que esta enfrenta. (SÃO PAULO, 1989b, p. 27-28).

Identificamos no Conselho da Escola Municipal São Vicente concordância com estes princípios democráticos que regem a construção do Conselho Escolar, a começar pela definição que consta em seu Plano Escolar (2007, p. 41), onde se afirma:

(...) o Conselho de Escola é instrumento fundamental:

- 1.Os membros precisam participar e defender pontos de vista com segurança;
- 2.Espaço informativo que amplia as informações sobre os processos educacionais;
- 3.Espaço Educativo como prática de reflexão e ação sobre assuntos de interesse de todos e



4. Espaço Organizativo (representação diante do poder e da sociedade, podem expandir para outras ações coletivas).

Ainda nos resta para análise um meio de participação na gestão da Escola Municipal São Vicente, que é a Primeira Reunião entre a equipe escolar e a comunidade para a elaboração do Plano Anual da gestão escolar.

Percebemos que, além de se caracterizar como espaço de decisão pedagógica partilhada com o Conselho e com os familiares dos alunos, essa reunião é também espaço de formação pedagógica, no qual os pais são convidados a pensar sobre o espaço pedagógico escolar por meio das informações que recebem sobre a rotina escolar.

A abertura do espaço de planejamento das decisões pedagógicas que envolvem a gestão retoma a reflexão sobre o quanto a participação desenvolvida na Escola Municipal São Vicente assume a concepção de participação freireana. Longe de ser uma participação somente de execução de tarefas, propõe, de fato, espaços de diálogo e de decisão para um número cada vez maior de sujeitos, sem apresentar como limite a crença na ausência de saber destes, mas compreendendo-os como sujeitos na história da Escola e, portanto, possibilitando-lhes espaço para o seu próprio crescimento crítico, para a sua atuação como sujeitos abertos em constante busca do ser mais.

## 2.2.2 Participação em espaços pedagógicos

Considerando como espaços pedagógicos as reuniões Pedagógicas e Aglutinadas, as salas de aula, as festas e os passeios, propomos inferir algumas observações sobre o modo de participar nestes espaços.

Identificamos a participação da comunidade, dos conselheiros e dos familiares nas salas de aula, nas festas e nos passeios. Porém, não a identificamos nas reuniões Pedagógicas e Aglutinadas destinadas à formação dos professores. Nesse espaço pedagógico de reuniões formativas não há participação dos conselheiros e da comunidade, assim como não há participação dos professores nas reuniões do Conselho. Uma das entrevistadas afirma esta divisão entre participação nas reuniões de Conselho e nas reuniões pedagógicas, compreendendo-a como uma ação “democrática”; afirma que a direção acaba sendo, de fato, a intermediadora desta relação professores e Conselho de Escola, sem um espaço de encontro dos dois grupos.



Desse modo, consideramos que nesse âmbito de participação é preciso pensar sobre um modo, uma estrutura, um favorecimento desse encontro, pois quanto mais o diálogo for proposto de modo direto, sem interlocutores, mais chances temos de compreender a realidade e os diferentes olhares dos professores, dos pais, dos conselheiros, dos membros da comunidade e da equipe escolar. É na convivência que nos conhecemos e nos compreendemos verdadeiramente, sem julgamentos pré-estabelecidos, mas sim considerando as experiências construídas.

A participação dos pais nos espaços de decisão pedagógica é fundamental para construirmos uma escola pública popular e democrática. No entanto, para não perdermos a concepção que alicerça essa participação é preciso ter cuidado para não fazermos dos sujeitos meros objetos na execução de tarefas que mantenham materialmente a escola pública, pois, além de este ser um dever do governo, a participação que defendemos persegue o objetivo da práxis, da conscientização e do ser mais, os quais não podem acontecer se deixarmos de compreender o homem como sujeito que pensa sua prática e atua com intencionalidade, a qual pode ir alcançando maiores níveis de consciência até se construir dialeticamente, numa práxis comprometida com o aprender e com o desenvolvimento para o ser mais.

### **2.2.3 Participação em espaços de formação**

Encontramos espaços de formação destinados a alunos, a familiares, à comunidade e à equipe escolar: as reuniões de pais e mestres, as reuniões de pais, mestres e Unidade Básica de Saúde e a própria atuação no Conselho Escolar e na participação de cursos, como: aulas de capoeira, cursos do Programa Ação Compartilhada na Escola, cursos do Programa Ação Cidadã e Oficinas de culinária e artesanato, desenvolvidas pela comunidade; todos podem ser considerados espaços de formação.

Diante de nosso acompanhamento no modo de participar nesses espaços, podemos afirmar que quando nos aproximamos das pessoas, ouvindo e tentando compreender suas falas, deixamos o julgamento de lado e nos identificamos com suas necessidades e dificuldades. É nos reconhecendo como seres humanos que também erram e acertam, conhecem e desconhecem, sentem segurança e insegurança frente ao ato de educar que nos identificamos com os pais e familiares dos alunos e construímos



uma nova relação que tem por base a compreensão, o reconhecimento e o ensino-aprendizagem recíproco.

Identificamos nesses espaços o conflito, o diálogo e a organização coletiva a favor da aprendizagem e da transformação esse é o “lugar de encontro”, onde “não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam saber mais”. (FREIRE, 2006d, p. 93).

No lugar de encontro é que Freire (2005, p. 84) afirma que “(...) a educação se re-faz constantemente na *práxis*. Para *ser* tem que *estar sendo*”. E para estar sendo é necessário compreender-se e ser compreendido como sujeito contextualizado, em sua história de vida, situação sócio-econômica, identidade cultural e identidade ética. Tanto o sujeito que busca o ser mais quanto a comunidade, o grupo que o acolhe (o Conselho de Escola, por exemplo), devem estar abertos no sentido de entenderem que a busca é definitivamente dialética justamente porque compreende o sujeito e a comunidade como aprendizes que, constantemente, refletem sobre suas práticas para, novamente, se darem à ação, que será novamente ponto de reflexão entre os sujeitos: é um modo de pensar certo e um modo de se provocar a escola que desejamos pública, popular e democrática, para o quê necessita ser participativa no mais alto nível.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da cultura participativa na Escola Municipal São Vicente se estrutura a partir da proximidade construída entre Escola e comunidade, uma relação definida por Freire (2006e, p. 47) como uma relação no mundo, com o mundo e totalmente distinta de simples contatos, mas fortalecida pelo respeito e reconhecimento entre os sujeitos; estrutura-se também na abertura da Escola para a presença e para a voz dos familiares de alunos e da comunidade e, por fim, na postura de humildade da gestão desta Escola, reconhecendo que acertamos e erramos quando estamos abertos e temos coragem para aprender e educar.

Encontramos na Escola princípios freireanos e a presença de nossas três categorias: *práxis*, conscientização e ser mais, desenvolvidas em diferentes níveis de compreensão ao longo do processo de construção da cultura participativa da Escola.

Diante do eixo central dessa pesquisa, de democracia participativa como possibilidade, compreendemos que ela vem se desenvolvendo como processo dialógico, o qual não é isento de limites, de conflitos e também de superações.

Na práxis dessa Escola identificamos o movimento dialético de ação-reflexão-ação na práxis diária, nas reuniões pedagógicas, nas reuniões de Conselho e também nas reuniões de formação. O ato de pensar a prática e dialogar sobre ela, inclusive buscando a resolução de conflitos, foi identificado como movimento permanente do modo de ser da Escola.

Quanto ao desenvolvimento da conscientização, encontramos diferentes níveis de atuação e de compreensão sobre a realidade nos diferentes grupos do ambiente escolar (gestores, professores, educadores, pais, familiares, membros do Conselho e comunidade) e, como “a conscientização não pode existir fora da práxis, ou melhor, sem o ato ação-reflexão” (Freire, 2006b, p. 30), os conflitos apresentados no diálogo diante das diferentes expectativas e compreensões sobre a realidade e a problematização de situações-limites<sup>9</sup> foram e são momentos não só de tomada de consciência, mas também um rico momento de formação dialética permanente, que mesmo com opiniões individuais diferentes, decidem a favor do que se apresenta como melhor para todos.

Nesses momentos de decisão, que tem como concepção o atendimento a todos, afirmamos a importância também da SECEL no diálogo com a Escola, pois a sua participação nos momentos de decisão também contribui para problematizar o processo reflexivo, que acaba por constituir-se também como o momento da transformação, a cada decisão tomada, na construção da Escola Municipal São Vicente, pública popular e democrática.

Refletindo sobre o modo de ser da Escola Municipal São Vicente, sob a busca do ser mais, compreendemos que a partir da luta na construção da democracia participativa na Escola São Vicente – que ocorre a 18 anos, construindo-se como processo histórico - e da problematização, do diálogo, da organização coletiva e da aprendizagem propostos em reuniões de Conselho, reuniões de pais e mestres e das reuniões de pais, mestres e

---

<sup>9</sup> “(...) não são as ‘situações-limites’, em si mesmas, geradoras de um clima de desesperança, mas a percepção que os homens tenham delas num dado momento histórico, como um freio a eles, como algo que eles não podem ultrapassar. No momento em que a percepção crítica se instaura, na ação mesma, se desenvolve um clima de esperança e confiança que leva os homens a se empenharem na superação das ‘situações-limites’”. (FREIRE, 2006d, p.105).



UBS, a Escola compreende os homens como sujeitos que a constroem e forjam a realidade histórico-cultural, na medida em que também se forjam como sujeitos existencialmente programados para aprender, para humanizar-se e para o ser mais.

Finalmente, acreditamos na construção da escola democrática pelas mãos de todos exercendo o poder de reflexão e de decisão em prol das necessidades apresentadas no contexto real. Para isso, não existem receitas prontas ou estratégias previamente definidas com tarefas distribuídas e metas a alcançar em tempo determinado. Para nós, o que existem são humanos que, vivendo, interpretam sua realidade criticamente e buscam soluções a partir da sua práxis no mundo, fazendo desta sua participação na construção histórica e cultural do mundo.

## REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2006b. 116 p.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006c. 148 p.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006d. 213 p.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade**. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006e. 158 p.

\_\_\_\_\_. **Ação Cultural para a liberdade**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006h.

\_\_\_\_\_. **Educação na cidade**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 144 p.

\_\_\_\_\_. **Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2003. 333 p.

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 250 p.



LIMA, Licínio C. **Organização escolar e democracia radical**: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública. São Paulo: Cortez, 2002. 116 p.

PAULINO, S. F. **A prática da participação na política educacional do município de Diadema-São Paulo**: a influência dos referenciais freireanos, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Pesquisa em educação**: a observação. Brasília: Líber Livro, 2007. 108 p.

#### **Fontes Documentais do Município de São Paulo:**

SÃO PAULO. Construindo a educação pública popular. In:\_\_\_\_. **Aos que fazem educação conosco em São Paulo**. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 1989a. p. 3-10. mimeo.

\_\_\_\_\_. Regimento comum das escolas municipais. In:\_\_\_\_. **Aos que fazem educação conosco em São Paulo**. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 1989b. p. 11-44. mimeo.

#### **Fontes Documentais do Município de Diadema:**

DIADEMA. **Lei Orgânica do Município**. Diadema, 2005. Disponível em: [http://www.cmdiadema.sp.gov.br/index.php?p=leis\\_exibe&ri=1](http://www.cmdiadema.sp.gov.br/index.php?p=leis_exibe&ri=1). Acesso em: 15 out. 2007.

\_\_\_\_\_. **Ação compartilhada**: uma experiência permanente e coletiva de fazer educação, cultura, esporte, lazer e formação profissional. Diadema: SECEL, [s.d.]. 10 f. mimeo.

PLANO ESCOLAR 2007. **Diadema**: Escola Municipal São Vicente, 2007. 141 f.